

RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL PELA PERSPECTIVA DA RENDA

Handerson Leonidas Sales
Antônio Dimas Cardoso
João Paulo Antonini

INTRODUÇÃO

As relações econômicas e de intercâmbio político entre nações foram estabelecidas sob diferentes níveis de industrialização e crescimento econômico. Essas relações deixaram uma herança histórica de distorções nas transformações sociais dos países com menor avanço industrial, resultante, em certa medida, da lógica de funcionamento desse mesmo sistema. Uma dessas heranças é a desigualdade de renda, associada ao elevado índice de desemprego, que geram severas discrepâncias sociais e comprometem a qualidade de vida de gerações inteiras, além de intensificar a assimetria entre países centrais e periféricos, fomentada pela relação centro-periferia.

Uma dessas consequências assimétricas é apresentada no relatório no *Relatório de Informes em 2019* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que previa para países com baixo desenvolvimento humano, o falecimento de 17% das crianças nascidas em 2000 e estimava ainda que apenas 3% conseguiriam atingir o ensino superior no ano 2020

(UNDP, 2020). De forma paradoxal, muitos países da América Latina, que se enquadram nesse cenário de baixo desenvolvimento humano, aumentaram seu PIB. O Brasil é um desses exemplos, pois chegou a ocupar em 2018 a posição de 9ª economia¹ do mundo e, no entanto, no mesmo ano posicionou-se na 57ª lugar entre os países com menor salário mínimo dentre os países analisados² e está entre os 10 países mais desiguais no mundo, apontado pelo índice Gini³.

Mais comumente utilizado como sinônimo de crescimento, o desenvolvimento na sua acepção mais completa não se efetiva plenamente nas circunstâncias em que as discrepâncias socioeconômicas tendem a permanecer acentuadas em seu processo progressivo e entre países. Sendo assim, a expressão “desenvolvimento desigual” apresenta-se como uma força antagonica ao desenvolvimento social e inscreve-se na dialética da economia mundial, a qual destoa dos países centrais, com efeitos de crescimento econômico com desigualdade de renda.

Vista por outro ângulo, a expressão “desenvolvimento desigual” retrata certo arranjo de progressivas melhorias para parte da sociedade, mesmo que esse processo ocorra em constante desequilíbrio socioeconômico e não atinja igualmente a todos os membros do grupo social, o que implica em concentração de renda e bem-estar para uma parte e exclusão de outra. A variável capitalista presente nos países periféricos, apoiada em suas estruturas que assumem especificidades próprias, torna

1 Brasil a nona posição com US\$ 1,868,626.09 (em milhares) (WORLD BANK, 2020a), países analisados e está entre os 10 países mais desiguais no mundo, apontado pelo índice Gini.

2 No Brasil em 2018 o salário mínimo correspondeu a € 240,1 por mês em média e ficou na 57ª entre os 97 países com menor salário mínimo analisados (EXPANSIÓN, 2020).

3 “10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país” (IBGE, 2020b). “Ocupa a 10ª posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de 143 países” (PNUD, 2020).

a desigualdade de renda inerente ao seu processo de reprodução de capital em níveis acentuados em comparação às vistas mundiais. A desigualdade de renda, como reflexo desse modelo, revela, por sua vez, as mazelas de um crescimento econômico sem transformações sociais originadas na debilidade desse mesmo espectro.

Nesse sentido, apoiando-nos nas narrativas do subdesenvolvimento, nas teorias da Dependência e do Sistema Mundo, pretende-se realizar neste capítulo uma análise do reflexo da relação centro-periferia no desenvolvimento dos países periféricos pelo aspecto da desigualdade de renda, apoiando-nos na realidade brasileira.

DESIGUALDADE DE RENDA COMO EFEITO DA RECONFIGURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A desigualdade socioeconômica já se fazia presente nos países da América Latina desde o início de suas atividades produtivas. A desigualdade de renda é um fenômeno observável desde a colonização dos países latino-americanos e essa característica não depende exclusivamente do tipo de acumulação percebido nessas nações ou pelos seus ciclos econômicos históricos. O crescimento econômico dos países dessa porção do continente americano, mesmo após o processo de industrialização, não foi capaz de reduzir as distâncias sociais existentes nessas sociedades. Uma dessas distâncias revela-se na desigualdade e concentração de renda. Em termos gerais, os países da América Latina apresentam distorções severas na contabilização dos seus ganhos, normalmente mal distribuídos para as parcelas mais pobres das suas populações.

Nas sociedades latino-americanas, o processo histórico forjou um conjunto de relações sociais e políticas específicas. Não houve, no sentido literal, integração ou incorporação das

economias locais ao mercado mundial, como ocorreu com as colônias de outros continentes. Houve a formação de uma nova sociedade, a partir da destruição em grandes proporções das comunidades autóctones e da criação e desenvolvimento de instituições baseadas exclusivamente nos modelos dos colonizadores. O desenvolvimento dos países latino-americanos, mesmo durante o período da industrialização por substituição de importações, teve seu caráter patrimonialista e foi reflexo dos interesses hegemônicos externos (MENDONÇA, 2009).

Para uma sociedade fundamentada em atividades concorrentes e de acumulação capitalista, a renda das famílias é uma das principais fontes de financiamento da economia nacional, uma vez que parte dela a ciclicidade da economia, dada através do consumo. Nesse contexto, a concentração de renda causa prejuízos incalculáveis para que essa ciclicidade perpetue, gerando desigualdades socioeconômicas e suas mais profundas derivações, como a queda da oferta de crédito, a alta dos juros e o desfinanciamento do trabalhador.

Os estudos de Piketty (2015) buscaram compreender as razões que levaram os países centrais a terem uma força de trabalho com maiores remunerações. Com bases nos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, seus estudos demonstraram que a média de participação dos empregados dos EUA e França na distribuição do valor adicionado das empresas destes países no período de 1920 a 1995, permaneceram nas faixas entre 62,1% a 69,1% (nos EUA) e 61,9% a 71,8% (na França). Nesse sentido, conclui o autor que a razão da elevação dos salários desses países não está relacionada com a participação na riqueza gerada, mas sim com a progressão da produtividade. Ao produzir mais, controla-se a ciclicidade econômica pela baixa dos preços, pelo aumento do consumo e pela tendência de aumento da empregabilidade.

A discrepância brasileira dessa realidade de participação dos empregados na distribuição do valor adicionado das

empresas pode ser percebida ao comparar os estudos de Batista (2018), a partir do valor adicionado de 416 empresas atuantes no Brasil, confrontados com estudos de Pong e Mitchell (2005) sobre o valor adicionado no Reino Unido, os quais contemplaram 409 empresas. Ambas as pesquisas evidenciam períodos coetâneos, passíveis de comparação, compreendidos entre 1999 a 2003, nos quais demonstraram disparidade na participação dos empregados na distribuição do valor adicionado. No Reino Unido, se comparado ao do Brasil, verificam-se médias de 79% e 17%, respectivamente, o que pode essa diferença estar associada à condição da produtividade, como afirmado por Piketty.

Esses resultados empíricos coadunam com os argumentos de Marini (2000) sobre a superexploração do trabalho, fundamentado na Teoria da Dependência, ao verificar a menor participação dos salários sobre esse montante, por maior que seja a produtividade das empresas nos países periféricos, ainda assim, haveria maior apontamento da desigualdade de renda se comparada com os países centrais. No entanto, a superexploração do trabalho representa uma compensação da baixa produtividade dos países periféricos, de forma a manter a atratividade do capital estrangeiro, que pode ser demonstrada pela comparação das taxas de mais-valia entre os países centrais e periféricos sobre a expectativa de haver uma correspondência direta entre a produtividade e mais-valia.

O estudo de Martínez (1999), ao analisar vinte países⁴ classificados em ordem crescente de mais-valia monetária, demonstrou nos países mais produtivos menores taxas de mais-valia que nos países com menores indicadores de produtividade. O autor também apontou que os países classificados

4 Países de alta produtividade: Canadá; Dinamarca; Finlândia; Luxemburgo; Noruega; Suécia; Estados Unidos e Alemanha. Países de baixa produtividade: México; Colômbia; Guatemala; Coreia do Sul; Filipinas; Madagascar; Zâmbia; Hong Kong; Índia; Panamá e Turquia (MARTÍNEZ, 1999).

abaixo da média, considerando a baixa produtividade, foram justamente os países periféricos. Demonstrou ainda que a taxa de mais-valia foi proporcional à produtividade nos países que pertencem ao mesmo bloco de produtividade.

Furtado (1981), realiza uma análise mais ampla sobre o contexto da baixa produtividade e remuneração da força de trabalho dos países periféricos em sua abordagem sobre o mito do desenvolvimento, destacando que o processo de industrialização das economias subdesenvolvidas, iluminada pela esperança da universalização do desenvolvimento observado nos países desenvolvidos, enfrenta difíceis obstáculos referentes à falta de capital, limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas se comparadas com as regiões centrais, bem como o reduzido consumo do mercado interno. Reconhece ainda que, adicionalmente a todos esses obstáculos, o aumento da capacidade competitiva das empresas que orientam seus investimentos para países periféricos permanece centrado na utilização da baixa remuneração da sua força de trabalho, não reversível na trajetória de industrialização da economia periférica.

Marini (2000), ao descrever as várias formas utilizadas de superexploração laboral, reafirma Furtado, estende essa discussão como o prolongamento da jornada, aumento da intensidade e queda do valor de pagamento da força de trabalho. Wallerstein (1985), ao afirmar a existência de preconceito no capitalismo histórico, não definido pela cor da pele, xenofobia ou qualquer outra análise sociológica, mas pela forma opressora de se relacionar com a baixa renda na periferia, analisa que, para o opressor, os oprimidos seriam culturalmente inferiores e isso serviria de justificativa ideológica para a desigualdade global.

Piketty (2015, p. 68) demonstra algo adicionalmente a esse contexto, quando, na década de 1990, a discrepância dos níveis salariais no Sul em relação aos centrais, em razão da ausência da qualificação, assentia: “os assalariados do Sul, dos quais mais de 50% ainda não são alfabetizados, é um fator essencial

para explicar o fato de o poder de compra médio dos assalariados dos países subdesenvolvidos ser dez vezes inferior ao dos países desenvolvidos”. Isso revela, portanto, haver a associação de baixa qualificação com o reduzido poder aquisitivo dos assalariados.

A diferença da renda familiar entre ricos e pobres durante a década de 1990, apresentada pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2004), indica que na maioria dos países da América Latina, o decil mais rico apropriou mais de 30% da receita bruta total do país, como é o caso do Brasil que chegou a 45%. Além disso, com exceção da Costa Rica e Uruguai, 66% a 75% da população⁵ possui renda *per capita* inferior à média global. Mais recentemente a CEPAL (2019) ressalta que, apesar da desigualdade de renda na América Latina, assim como no Brasil, ter reduzido entre 2002 e 2014, a partir de 2015 essa tendência tem desacelerado. Países⁶ em que a desigualdade de renda aumentou no período de 2014 a 2018, também tiveram aumento das diferenças de renda absolutas entre o primeiro e o décimo decil.

Meller e Valdés (2009) compreendem que há uma invariância dos indicadores distributivos na América Latina, que revela a desigualdade coexistente com o aumento da renda *per capita*, apontando para a trajetória da curva de Kuznets (1955),

5 “la relación de ingresos entre el decil más rico y los cuatro deciles más pobres también da cuenta de una alta concentración. La mayor distancia a este respecto se verifica en Brasil, donde el decil más acomodado tiene un ingreso 32 veces superior al ingreso conjunto de los cuatro deciles menos favorecidos. En la región, esta diferencia alcanza un promedio simple de 19,3 veces, valor sumamente alto si se lo compara, por ejemplo, con el de Uruguay (8,8 veces) o de Costa Rica (12,6 veces), países con la mejor distribución del ingreso de toda la región.” (CEPAL, 2004, p. 86)

6 Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai (CEPAL, 2019).

sendo divergente do formato de sino⁷, que parece deslocar-se definitivamente na linha do horizonte. Esses autores consideram dois principais mecanismos para explicar as razões que levam os países latino-americanos ao crescimento econômico sem redução da desigualdade: o primeiro corresponde à oferta ilimitada da força de trabalho nos países latino-americanos. Isso permite ao setor produtivo expandir com uma remuneração constante do fator trabalho, elevando a margem de lucro e o seu reinvestimento no processo produtivo. O segundo mecanismo, do crescimento econômico sem redução da desigualdade, se dá pelo fato de um grupo de renda, que representa a maioria da força de trabalho, não ser suficientemente capaz de gerar poupança em função da sua baixa renda. A exceção dos países que conseguiram migrar para a classificação de desenvolvidos, como aconteceu no Leste Asiático, com a Coreia do Sul.

Para compreender a realidade brasileira de concentração de renda, os estudos de Souza (2016) contemplaram o seu comportamento no período entre 1926 a 2013. A pesquisa demonstrou que, no Brasil, assim como no restante do mundo, o período pós-guerra reduziu a fração apropriada dos mais ricos na renda do país, fato que durou apenas na década de 1950, porém, a desigualdade da renda teve retomada nos anos de 1964 passando pela década de instabilidades em 1980 até o início dos anos 1990. A partir de 2000, até 2009, o país apresenta uma recuperação econômica com redução do coeficiente Gini⁸

7 Os estudos de Kuznets (2015) revelaram a mitigação da desigualdade traçada sob uma linha no gráfico semelhante a uma curva em forma de sino, de maneira que em uma primeira etapa houvesse um aumento da desigualdade, e posteriormente após atingir o pico da curva, o início da segunda etapa, com um declínio da desigualdade, tendo como fator determinante o avanço do processo de industrialização.

8 Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* no Brasil em 2001: 0,5944; 2009: 0,5401 (IBGE, 2020). “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada a renda [...]. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de

com subsequentes variações de aumento em 2012 e retorno a redução em 2013.

Segundo dados do World Bank (2020), no Brasil, o coeficiente Gini interrompe sua tendência de redução a partir de 2016 com ascensão até 2018, último ano apurado, retornando aos mesmos patamares dos últimos 10 anos. Essas observações realizadas em vários períodos da história brasileira coincidem com os grandes ciclos políticos do desenvolvimentismo, das ditaduras de 1937 e de 1964, com a Constituição de 1988 (CF/88) e posteriormente a estabilidade da moeda nacional e retomada econômica. Programas brasileiros criados a partir do empenho da nova CF/88, como o “Vale gás”, “Fome zero” e “Bolsa Família”, entre outros de menor escala, contribuíram diretamente para a redução dos índices de miséria e pobreza famélica, garantindo, de uma forma ou de outra, a preservação da dignidade alimentar de grande parte da população mais pobre do país.

Souza (2016) observa a partir de 1994, a existência de uma relativa estabilidade na desigualdade brasileira, no qual a fração recebida pelo centésimo mais rico esteve em torno de 20% e 25% da renda, enquanto que os países centrais da Europa se mantiveram abaixo dos 15%. Mais recentemente, após 2015, a retomada da concentração de renda, apontada pelo Gini, coincide com a intensificação de adoção de medidas neoliberais ocorridas no país⁹.

qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero”. (SANDRONI, 1999, p. 106)

9 Mediadas neoliberais adotadas pós *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que o vice-presidente Michel Temer assume a presidência, em 12 de maio de 2016, conforme aponta Santos (2016) com medidas que visam a consolidação de um Estado Mínimo para a área social e ações de impactos negativos sobre a auditoria fiscal do trabalho, levando a sua fragilização e agravando o processo de precarização do mercado.

A baixa média salarial observada nos países periféricos é uma condição que agrada investimentos por parte de países do eixo central da Economia mundial, uma vez que é atrativa por ser vista como um elemento gerador de baixos custos para a produção. Essa condição corrobora com as afirmações apresentadas por Wallerstein (1985), da contribuição desses países no arranjo sistêmico da economia mundial para acumulação de capital nas regiões geograficamente industrializadas, promovidas pela sua capacidade de geração de riquezas e absorção das transferências de valores das regiões com menor avanço industrial para fortalecer o seu sistema autocentrado¹⁰.

É necessário salientar que a exploração de mão de obra, de forma predatória e inconsequente, somente gera hiperconcentração de renda, provocando forte obstrução no ganho das famílias. Compatibilizar os interesses distintos, entre quem trabalha e quem financia, é um desafio que perdura as formas de se empreender no Brasil e em toda a América Latina. Esse quadro de desigualdade apenas salienta e evidencia a dependência e a subordinação da força de trabalho dos países latino-americanos ao capital financeiro nacional e internacional.

ASSOCIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS COM A DESIGUALDADE DE RENDA

Os estudos citados sobre desigualdade de renda da força de trabalho parecem reforçar as bases epistemológicas que sustentam a dependência¹¹ e subordinação dos países periféricos

10 De acordo com Amin (1976) a articulação que determina um sistema capitalista autocentrado é a conexão da produção de bens de consumo com a de bens de produção. Essa conexão significa o abastecimento do crescimento da produção de bens de consumo com equipamentos de alta tecnologia dentro do mesmo país.

11 É necessário esclarecer que a dependência não está na origem da demanda do mercado ou da captação de capital estrangeiro para investimentos, mas, na estrutura

na relação centro-periferia. A superexploração do trabalho, juntamente com outros elementos estruturantes dessa relação, como transferência de valores e a cisão do ciclo de capital entre a produção e circulação de mercadoria, formam a base dessa dependência e configuram o modo de reprodução de capital presente nos países periféricos. A transferência de valores nessa relação ocorre justamente no esforço de um país produzir, supostamente e a título de exemplo, o dobro da quantidade unitária de um determinado produto primário, para atingir o valor da compra de um específico produto manufaturado que outrora se equivalham.

O estudo contemporâneo de O campo e Parra (2003), levantado pela CEPAL, demonstra essa realidade ao examinar o comportamento dos preços de 24 produtos básicos e 07 índices de valor unitário de manufaturas, no período de 1900 a 2000, revelando a confirmação da existência de deterioração dos termos de troca, apesar de não ter sido contínua em todo período e tampouco homogênea entre os produtos. Revela o estudo: “enquanto os bens não alimentares perdiam cerca de 15% de seu poder de compra ao longo do século, os alimentos perderam metade” (OCAMPO; PARRA, p. 11, 2003) o que implica em transferência de valores.

Segundo Carcanholo (2013), a diferença do grau de produtividade é que permite a transferência de valor de um país para o outro. Como afirma Marini (1976), cede gratuitamente as nações desfavorecidas parte do valor produzido no intercâmbio com países que se posicionam com maior composição orgânica. Furtado (2005) já evidenciava esse efeito com um exemplo histórico ao apontar a redução nos preços das exportações do Brasil no período colonial na segunda metade do século

que faz com que haja influxo de novos padrões de consumo advindo do processo interno de exploração do trabalho, o que permite novas formas de economias industrializadas em subdesenvolvimento.

XVII em comparação com o ano 1650 e posteriormente o ano 1830 em relação a 1821 e, por fim, o ano 1850 em relação a 1841. A declinação dos preços das exportações provocou uma declinação dos termos de troca e “essa desvalorização significaria uma importante transferência de renda real em benefício do núcleo colonial” (FURTADO, 2005, p. 24), que continuou presente no período pós-colonial¹².

Além dos estudos de Furtado (2005), Prebisch (1949, p. 82) também revelava a deterioração dos termos de troca ao demonstrar que “desde 1870 até antes da Segunda Guerra Mundial a relação preço moveu-se constantemente contra a produção primária [...] nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiríveis nos anos 1870”. Não obstante, a vulnerabilidade dos países periféricos a esses fenômenos encontra-se reforçada pelo atual cenário de ascensão das *commodities*, fomentada por sua demanda crescente no mercado externo e encabeçada pela China. A exemplo do Brasil, esse cenário desencadeou o aumento da produção de *commodities*, o que provocou um ambiente adequado para fortalecer o permanente papel, característico de país periférico, de alimentar a base das cadeias produtivas de países com avançada industrialização.

Sendo assim, a retomada do domínio da produção de bens primários com estrutura especializada em *commodities* pode tornar o país mais suscetível à transferência de valores. Esse efeito será percebido mais acentuadamente quando houver declinação da tendência de alta dos seus preços, como já evidenciados pelos estudos de O campo e Parra (2003) em períodos passados. Além disso, contribui para intensificar o fenômeno

12 Mesmo considerando a alta conjuntural dos preços das matérias-primas na década de 2000, Luce (2018, p.56) apresenta pela série histórica da CEPAL uma deterioração dos termos de intercâmbio se considerado os períodos 1950 a 2008 nos seguintes países: “40% para o Brasil, 13% para a Argentina, 62% para Guatemala, 44% para o Uruguai [...]”

da desindustrialização brasileira, realidade não exclusiva entre seus pares na América Latina.

Adiciona-se a esse quadro dominante das exportações de *commodities*, característicos dos países periféricos, a presença do elemento cisão do ciclo de capital entre a produção e a circulação de mercadoria da relação centro-periferia, ao assumir, segundo Wallerstein (1985), o papel de contribuir com insumos primários e tarefas inferiores na cadeia produtiva. Marini (1976), já alertava sobre os efeitos da cisão do ciclo de capital na América Latina em seus estudos e os dividiu em duas etapas. A primeira, contemplada entre 1850 a 1920, os países latino-americanos não haviam atravessado o processo de industrialização, mas estavam vinculados ao mercado mundial pela exportação de produtos agrícolas, pecuários e recursos naturais.

Nesse período, a exportação desses produtos era a principal atividade da economia e vista pelo governo como a garantia para o superávit da balança comercial. Esse cenário serviria de estímulo para que os proprietários de meios de produção consolidassem o início da superexploração do trabalho na América Latina, haja vista que o consumo do trabalhador não alteraria a demanda da economia exportadora.

A segunda etapa, correspondente ao início do século XX, Marini (1976) ressalta o avanço do processo de industrialização de alguns países latino-americanos¹³. Nessa fase, a indústria de bens de consumo se consolida sem que a produção interna

13 Na interpretação de Luce (2018), a cisão será, a partir dessa fase, considerada como distensão do ciclo de capital. Diferentemente da fase anterior, o assalariado passa a ter um papel importante de consumo ainda que limitado a produtos básicos para sua sobrevivência. É possível considerar também, o consumo do trabalhador à determinados produtos, outrora inacessíveis, que ao longo tempo se tornaram possíveis pelo efeito da concorrência, da produção em escala e da lei de nivelamento da taxa de lucro que tendem a reduzir preços dos produtos, o que permite uma melhoria no poder aquisitivo do trabalhador. Porém, esse consumo se efetiva em ritmo menor que os países centrais, que como dito, possuem maior capacidade de consumo do trabalhador.

de bens de capital pudesse sustentar o seu crescimento. Essa afirmação está em congruência com os argumentos de Furtado (1966) quanto a limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas desses países e que existe nesse processo a debilidade no crescimento da produtividade no setor de bens de consumo por não inserir em seu processo novas tecnologias.

Os estudos de Werner (2020), afirma que se por um lado, essa debilidade restringiu a produtividade nacional, mais especificamente da categoria de produtos manufaturados, por outro, conferiu o fortalecimento da sua estrutura nacional especializada em *commodities* agrícolas e minerais associadas a elevadas taxas de juros e câmbio valorizado, principalmente com a liberação comercial e financeira observada no Brasil, a partir de 1990.

Ressaltam Bresser-Pereira e Marconi (2008), que de 2002 a 2005 tanto as *commodities*, inclusive o minério, quanto as manufaturas, aumentaram suas exportações, impulsionando o saldo da balança comercial para resultados positivos. Concomitantemente a partir de 2003, a moeda brasileira teve início a um novo movimento de apreciação cambial que durou até 2008. Já a tendência de crescimento das exportações para os produtos manufaturados foi interrompida em 2006, dando início a um declínio, enquanto as *commodities*, principalmente o segmento de minério e agrícola, pelo levantamento de Diniz, Souza e Melo (2014), seguiram em evolução progressiva até o ano mensurado de 2011.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) demonstram ainda a contribuição na variação do saldo da balança comercial influenciada de forma positiva pelas *commodities* (162,8%) e negativa pelas manufaturados (-62,8%) nos períodos entre 1992 a 2007. Diniz, Souza e Melo (2014) complementam que a participação dos produtos primários na exportação saltou de 30% (2006), para 49% (2011) enquanto que os manufaturados reduziu de 56% (2006) para 37% (2011). Informações de estudos do Banco Central (2019) ampliam os dados sobre a

exportação de manufaturas até 2017 e ratificam que o Brasil vem apresentando uma queda na participação das exportações de manufaturados chegando a atingir 35%, em 2017 do total de suas exportações.

Além disso, ressalta Araújo; Araújo e Punzo (2016) que grupos de atividades intensivas em exploração econômicas de recursos naturais de elevada escala ganhou espaço com a abertura comercial, e elevou sua eficiência¹⁴. E esse processo foi iniciado no Brasil na segunda década de 1990, com o declínio da eficiência dos setores de manufatura. Segundo dados do IPEA (2021), a partir da década de 2000 inicia-se a retomada da participação dos produtos básicos nas exportações, que após atingir o percentual mínimo de 22,8% em 2000 reascende sua escalada, balizada pela alta dos preços das *commodities* e aumento da sua demanda internacional. Ultrapassou a participação dos produtos manufaturados em 2010, a qual alcançou 40,2% (US\$79,562 milhões), percentual inferior a porção aferida pelos produtos básicos de 45,3% (US\$90.005 milhões).

Recentemente, em 2019, os produtos básicos mantiveram sua liderança nas exportações, respondendo por 52,8% (US\$119.017 milhões) de participação, contra 34,5% (US\$77.926 milhões) dos produtos manufaturados. Esse quadro indica que a redução na participação dos produtos manufaturados não pode ser creditada somente ao aumento das exportações das *commodities*, mas complementarmente, pelas taxas negativas da variação dos valores absolutos de exportação dos produtos manufaturados¹⁵ (IPEA, 2021).

14 O seu Valor de Transformação Industrial passou de 34% - 1996, para 47% - 2011 (ARAÚJO; ARAÚJO; PUNZO, 2016). Valor de Transformação Industrial: é uma medida de eficiência da indústria: O Valor da Transformação Industrial (VTI) corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo das operações industriais. (UFSC, 2020).

15 A título de exemplo, essas exportações de manufaturados sofreram taxas negativas nos anos de 2009, 2012, 2014, 2015 e 2019, de tal forma a atingir em 2019

Essa realidade se estende à data recente, pois em 2020, a China importou 72% do minério de ferro e 73% da soja, principais produtos da exportação brasileira. Desta forma, o saldo da Balança Comercial brasileira vem se subordinando diretamente ao crescimento econômico da China e às suas variações (MDIC, 2021). Não obstante, a comercialização brasileira com a China passou a ter via de mão dupla. Além das exportações, o Brasil também optou por importar produtos chineses, de tal forma que dividiu com os EUA, a posição de maiores parceiros na aquisição de produtos manufaturados¹⁶.

Desta forma, as décadas de 2000 e 2010 apontam uma transição da relação centro periferia entre Brasil e demais países centrais. Ao tornar a China parceiro relevante nas relações de intercâmbio, a princípio favoráveis pela diversificação das parceiras internacionais, pode, contudo, ocupar posição semelhante em estrutura, outrora estabelecida na relação entre centro e periferia, retratados nesse trabalho.

A consequência desse quadro resume-se no aumento da dependência das exportações brasileira confiadas a apenas um país, cuja comercialização está concentrada justamente nos produtos básicos que se tornaram dominantes nas exportações brasileiras entre as categorias dos fatores agregados. Por sua vez, o fenômeno da desindustrialização reduz expectativa de tornar a produtividade avançada e consequentemente a

(US\$77,92 bilhões) valores inferiores ao ano de 2010 (79,56 bilhões), o que reforça os estudos de desindustrialização no Brasil já citados (IPEA, 2021)

16 Em 2009 a China ultrapassa os EUA no volume de aquisições das exportações brasileiras. A proporções de participação da China e EUA nas importações do Brasil tiveram o seguinte comportamento respectivamente: em 2000 2,2% e 23,1%; em 2010 14,1% e 14,9%, em 2019 19,9% e 17,0%. Em 2020 a maior proporção de produtos importados da China corresponde a indústria de transformação que participou em 21,2% de toda a importação brasileira, assim estratificada: 11,8% em máquinas e equipamentos de transporte; 3,9% em produtos químicos, 3,1% artigos manufaturado diversos, 2,4% obras diversas e outros produtos (MDIC, 2020).

possibilidade do aumento da participação da força de trabalho no valor adicionado das empresas residentes no país.

Todo esse cenário contemporâneo corrobora com os elementos estruturantes da relação centro-periferia e, conseqüentemente, reproduz, mais acentuadamente, os efeitos da concentração da renda do sistema capitalista nos ambientes periféricos. Foi o que identificou Sales (2021) em seus estudos ao selecionar em Minas Gerais grupos de tratamento de municípios com intensa atividade extrativa mineral. Compreendendo o período de 2000 a 2010, o estudo revelou traços dos elementos estruturantes da relação centro-periferia acima da média dos demais municípios do estado, referentes à cisão do ciclo de capital entre produção e circulação de mercadoria, e, a superexploração da força de trabalho. Além disso, demonstra que os municípios com atividade extrativa mineral intensa, apresentaram diferença estatisticamente significativa no crescimento econômico com maior variação na desigualdade de renda que o grupo de controle dos demais municípios de Minas Gerais.

Diante desse atual cenário e os estudos apresentados, a periferia do sistema capitalista, a exemplo do Brasil, torna-se vulnerável aos efeitos desfavoráveis da relação centro-periferia, com um inerente processo de desigualdade de renda. Reafirma a retórica, revelada pelos estudiosos das transformações sociais capitalista, de que configurações socioeconômicas são criadas e recriadas pelos países periféricos, a fim de fomentar o crescimento econômico através de um sistema capitalista que se sustenta na ascensão de suas próprias contradições e que estão vinculadas e subordinadas a relação centro-periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma análise do reflexo da relação centro-periferia no desenvolvimento dos países periféricos pelo aspecto da desigualdade de renda, apoiado na realidade

brasileira. Nessa análise foi possível realizar associações do atual cenário da desigualdade de renda com elementos estruturantes da relação centro-periferia, principalmente no que diz respeito a superexploração da força de trabalho, transferência de valores e à cisão do ciclo de capital entre a produção e a circulação de mercadoria.

A relação centro-periferia demonstrou-se permanentemente desfavorável aos países periféricos, apesar das suas reconfigurações necessárias para sustentar nesses países um capitalismo *sui generis*, capaz de permitir que avancem em seu crescimento econômico, no entanto, sob uma configuração que os tornam subordinados ao sistema econômico mundial e relutantes a conversibilidade rumo a um capitalismo autocentrado.

Os efeitos desfavoráveis dessa configuração regida pelos elementos estruturantes da relação centro-periferia revelam-se em última instância no desenvolvimento desigual, sobretudo pelo aspecto da renda da força de trabalho, nos países periféricos. No Brasil, ainda no século XXI, o país chegou a fazer parte dos dez maiores PIB no mundo, no entanto sob o contraste da desigualdade socioeconômica e de renda tanto interna quanto discrepante aos níveis dos países centrais.

As características da economia brasileira são congruentes com as das teorias Marxista da Dependência, do Sistema Mundo e do Desenvolvimento Desigual. Nas últimas décadas o país tem se inclinado para tendência da desindustrialização e concomitantemente aumentado sua posição entre as lideranças das exportações de *commodities* ao mercado internacional. Os produtos básicos de *commodities* dominam as exportações do país além de fortalecer sua característica primário exportador.

Esse quadro associado a baixa composição orgânica dos processos das indústrias brasileiras e remuneração da força de trabalho brasileira é apropriado para intensificar o permanente posicionamento de dependência e subordinação ao sistema econômico mundial com fomento a desigualdade de renda,

mantido para alimentar o capitalismo autocentrado dos países centrais.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual** - ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. 334 p.

ARAÚJO; Elisangel; ARAÚJO, Eliane Cristina de; PUNZO, Lionello. A ‘bela’ e o ‘gigante’ adormecidos: análise comparativa de dois casos de desindustrialização recente e suas causas – Brasil e Itália. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 25-35, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/29649>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

AREND, Marcelo. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE; André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins, CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. 643 p.

AZEVEDO, Lygia Nunes Rotondi de. **Desindustrialização prematura na América Latina**. Dissertação de Mestrado em Economia da Mundialização e do Desenvolvimento – Université Paris 1 Panthéon Sorbonne / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, 2015.

BC - Banco Central do Brasil. **Boletim Especiais do Banco Central 2019**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Evolucao_da_pauta_exportadora_brasileira_e_seus_determinantes.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões latentes da distribuição da riqueza: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo. São Paulo, 2008.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência.** V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 196 p.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999.** Santiago: Nações Unidas, 2004. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/2382-decada-desarrollo-social-america-latina-1990-1999>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. **Panorama social da América Latina - 2019.** Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

DINIZ, Fabiana Araujo; SOUZA, Máira Melo de; MELO, Paulo Thiago N. B. de. Doença Holandesa no Brasil: uma análise do comércio exterior brasileiro no período de 1996-2011. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada.** v. 10, n. 16, 2014. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Doen%c3%a7a-Holandesa-FINALpara-pdf.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2020

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era, 1980. 482 p.

FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 260 p.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 127 p.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p. 253

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 117 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice de Gini da renda domiciliar per capita*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufb.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

INDEXMUNDI – *Preço de Mercadoria*. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/>>. Acesso em: 17 de mar. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Exportações fator agregado produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 19 de mar. 2021f.

KUZNETS, Simon. *Economic Growth and Income Inequality*. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, 1955. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1811581?seq=1>>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271 p.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e sociedade**, Campinas, v.29, n.2, p.549-579, 2020.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000200549&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 202.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976. 88 p.

_____. **Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. SADER, Emir (Org.) Petropolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000. 295 p.

MARTÍNEZ, Glória. Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 4, p. 105-121, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 1092 p.

MELLER, Patrício; VALDÉS, Gonçalo. Crescimento Econômico na América Latina. Capítulo 5. In: CARDOSO, F. H.; FOXLEY, F. (Org.) **América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento**. V. 1: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009. 398 p

MDIC, Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviço. **200 anos de exportação**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/balanca/outras/200_anos.zip>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. **Guia de comércio exterior e investimento / Intercâmbio comercial com o Brasil e o comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/indicadores-economicos-e-comerciais?l=pt-br>>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Revista Argumentum**, Vitória, v.1, p. 78-91. 2009.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 420 p.

OCAMPO, José Antonio; PARRA, María Ángela. *Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX*. **Revista de La Cepal** 79, 2003. p. 7-35. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10872/1/079007035_es.pdf>. Acesso em 15 de jun. 2020.

PIKETTY, Thomas; TELLES, André. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 142 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2020.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. 1949. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136. 489 p.

_____. *Five stages in my thinking on development*. *In*: MEIER, G. M.; SEERS, D. (Org.) **Pioneers in development**. New York: Oxford University Press, p. 173-191, 1984.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer; Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n. 2, p. 173-199, July, 2005

SALES, Handerson Leonidas. **Relação centro-periferia e o desenvolvimento desigual nos municípios mineiros: produção de minério para o mercado internacional**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Social – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 648 p.

SANTOS, Roseniura. A retomada do Programa Neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 795-812, 2016.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

UFSC - Núcleo de Estudo de Economia Catarinense – NECAT. **Valor da Transmissão Industrial** – IBGE. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/valor-de-transformacao-industrial-ibge/>>. Acesso em 20 ago. 2020.

UNDP - United Nations Development Programme. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf> Acesso em: 18 fev. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 93 p.

WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e efeitos-China no Brasil, pós-1990. *Revista latino-americana de estudios urbano regionales* – EURE (Santiago), v. 46, n. 139, p.143-162, 2020

WORLD BANK. **Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial**. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.